

GUINÉ-BISSAU

Capital – Bissau

Superfície – 36.120 Km²

População – 1.080.000 habitantes em 1995

Língua oficial – Português

Regime – Multipartidarismo

Crescimento anual – 2,14%

Clima: Tropical, com temperatura média de 20° C

A Guiné-Bissau fica na costa ocidental da África e faz fronteira com o Senegal (ao norte), com a Guiné-Conakry (a este e sudoeste) e com o Oceano Atlântico (a sul e a oeste). O território que constitui o País divide-se em duas componentes distintas: uma parte continental, com um cordão de ilhas contíguo, e uma parte insular, o Arquipélago dos Bijagós, constituído por cerca de 40 ilhas, e separado do continente pelos canais de Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

Cerca de 28.000 km² da superfície total (36.125 km²) são constituídos por terras permanentemente emersas. As restantes, revestidas de tarrafe (manguezais), são cobertas periodicamente pelas marés. O Arquipélago dos Bijagós tem uma área de 1.500 km². A Guiné-Bissau apresenta uma paisagem que não se revela uniforme ao longo de todo o território. Na parte continental, o relevo do País, caracteriza-se pela existência de uma região costeira de planícies baixas, pantanosas e mal drenadas. As maiores altitudes estão na Região do Boé, onde ficam os planaltos Bafatá e Gabu, com altura máxima não muito superior a 300 metros.

Aspectos Humanos e Sociais

A População

Estimada em 1.080.000 habitantes (dados de “The Year Book”, 1997), a população guineense é formada por uma variedade de etnias, a sua característica mais marcante. Esta diversidade vem sendo atenuada através dos séculos em decorrência de uma história comum, onde avultam aspectos de mestiçagem, de coexistência regional e de assimilação paralela de variados elementos, muitas vezes em função do meio geográfico e, mais modernamente, da própria luta de libertação.

Apesar das diferenciações exteriores que se notam, existe muito de comum entre os diversos grupos étnicos. Com a independência da Guiné-Bissau, o lento e secular processo de aglutinação étnica sofreu uma aceleração notória, observando-se hoje, sobretudo entre as camadas mais jovens, a formação de uma identidade nacional guineense que tende a sobrepor-se à da própria etnia.

A distribuição da população tendo em conta as suas características étnicas e culturais, resulta na seguinte diferenciação:

1) Sahelianos - Boenças ou Fulas Burué; Futa Fula (Fulas do Quebo ou Quebuncas; Fulas do Futa; Futa Toro ou Torancas); Fulas Forro ou Fulacundas; Fulas Pretos.

2) Sahelo-Sudaneses - Mandingas; Oincas; Jãcancas; Saracolés; Bambarãs, Sarnas; Jalofos.

3) Sudaneses Meridionias - Padjadingas ou Badjarancas; Tandas.

4) Recalcados Subguineenses - Felupes; Baiotes; Balantas de Naga; Balantas Mané; Balantas de Xá ou de Canja; Banhuns; Cassangas; Cabianas; Manjacos; Papéis; Brames; Beafadas; Nalús; Sossos; Jaloncas; Bijagó; Bagas; Lnadumãs; Temenes.

Sob o ponto de vista numérico, as etnias mais representativas são:

ETNIA	%
Balantas	27
Fulas	23
Mandingas.....	12
Manjacos	11
Papéis.....	10
Felupes.....	2
Outras..(Brames ou Macanhas Beafadas Bijagós).....	15

Fontes: Internet, ICEP, Guiné Telecom

Língua, Religião e Cultura

Cerca de 46% da população da Guiné-Bissau é poliglota. A língua oficial é o português, falado por cerca de 11% da população. O dialeto "crioulo", que mistura elementos linguísticos africanos e portugueses, é usado como língua franca sendo utilizado por 44% da população. Há também as do grupo das línguas sudanesas que integram o ramo das línguas negro-africanas. As mais faladas são: a Balanta (unke, contoí, betxá, benaga, becanja), a Fula ou Pullar, a Manjaco (manjaco, papel, brama ou mancanha) e a Mande (tan, fon).

A língua portuguesa é utilizada nos documentos oficiais, nas cerimônias públicas, nos meios de comunicação e no ensino. Contudo, na vida cotidiana, é através do "crioulo" que se processam quase todas as relações sociais, econômicas e políticas.

Do ponto de vista cultural, especialmente nos campos literário, musical e artístico, devem referir-se alguns aspectos que traduzem a situação nesse campo, na Guiné-Bissau: a literatura guineense registra uma fraca produção. Esporadicamente há edições de antologias poéticas. Entre os poetas distinguem-se nomes como Vasco Cabral, Agneto Regalo, Helder Proença, Armando Salvaterra, José Carlos Schwartz e António Soares Júnior. No campo do romance, o nome que vem se destacando é o de Abdulai Silá, que lançou duas obras no espaço de apenas um ano.

A música guineense, de uma beleza especial, de sons quentes e ritmados com influências de jazz, detém nomes sonantes, alguns de carreira internacional. José Carlos Schwartz revelou-se, sem sombra de dúvidas, como o grande trovador da música guineense, estando a ele indissociavelmente ligado o grupo musical Cobiana Jazz. Outras vozes e artistas, porém, brilham no panorama musical, tais como Mamadjombo, N'Kassa Cobra, Issabary, Tabanca Djazz, Ramiro Naka, Justino Delgado, Manecas, Sidónio e Dulce Neves, que “passeiam”, sobretudo, pelo estilo conhecido como gumbé.

Na pintura, os nomes dignos de registro dividem-se em dois grupos: o da "velha guarda" e o dos mais jovens. Entre os primeiros destacam-se Trigo e Carvalho. No segundo, Manuela Jardim, Odete Viana, Carlos Barros, Diamantino e Lacerda.

Também na seara da Sétima Arte, a Guiné-Bissau tem registrado algumas produções. A cinematografia guineense registrou recentemente dois títulos que marcaram a sua história: "Mortu Nega" e, "Olhos Azuis de Yonta" do cineasta Flora Gomes, um embaixador da cultura guineense.

A Gastronomia é outra área não menos importante. Uma das mais ricas de toda a África, nela se destacam alguns pratos muito apreciados, tais como: Cafriéla – frango grelhado com molho de limão, manteiga e pimenta; Chabéu - óleo de palma com galinha; Caldo de mancarra - com base no amendoim "mancarra"; Sigá - óleo de palma, carne de vaca e quiabo; Bringe de peixe, de pato ou de porco; Poportada - arroz com acompanhamento a partir de farinha de arroz, e o Pitche patche de ostra ou de cacre (caranguejo).

Do seu relacionamento com outros povos, os guineenses receberam influências gastronômicas que assimilaram e adaptaram, de tal forma que hoje são parte integrante e habitual de suas mesas. Aqui entram pratos de origens tão diversas como a Cachupa (Cabo Verde), a Feijoadá (Portugal, Brasil), a Tchepudjen (Senegal) e o Cuscus (Marrocos).

As festividades são um retrato cultural, social e político. São, da mesma forma, o resultado da história e das tradições acumuladas ao longo das gerações e um reflexo das influências e do relacionamento com povos diversos, nações, tribos, línguas, raças e culturas diferentes com respeito à organização socio-política-econômica-religiosa.

A cultura guineense é revelada também no seu folclore, de características africanas muito próprias, rico em cores e animação, rituais e musicalidade. O

Carnaval na Guiné-Bissau, com todas estas características, revela-se como uma manifestação espontânea da cultura popular.

A música regional, típica, assim como a interpretada por conjuntos locais – já se valem dos efeitos de equipamentos modernos, resultando em composições ricas de harmonia, musicalidade e ritmo excelentes, aspectos que fazem parte da vida e da alma do guineense.

O artesanato assume-se de características diversas. Assim, identificam-se essencialmente três tipos: o religioso, o utilitário e o semi-industrializado, para venda turística. Apresenta formas muito variadas incidindo particularmente na escultura sacra, nos trabalhos em vime, na olaria, nos instrumentos musicais, nas jóias e nos panos de extraordinária beleza.

Vale aqui ressaltar um aspecto curioso em relação à tecelagem. A atividade é executada tradicionalmente por homens, a partir de algodão fiado por mulheres. Na verdade, muito mais do que apenas peças de vestuário ou um produto para comercializar, os panos assumem uma grande dimensão social e religiosa. Belíssimos, apresentam-se em tecidos decorados em fio de algodão e em tecidos tingidos, que tanto podem ganhar o molde de uma peça de vestuário ou serem usados pura e simplesmente à maneira tipicamente africana.

As cores exuberantes são um sinal da apreciação das cores da natureza e um retrato do espírito alegre africano. Hoje em dia, a tecelagem guineense já deixa transparecer uma influência externa, derivada da importação de padrões e materiais.

Feriados Nacionais

1º de janeiro - Dia de Ano Novo

20 de janeiro - Dia dos Heróis Nacionais/ Dia Amilcar Cabral

Fevereiro/ Março - Fim do Ramadam (a data do feriado religioso segue o calendário lunar islâmico)

8 de março - Dia da Mulher (8 de março)

Março/Abril – Páscoa

Abril/ Maio - Tabaski (feriado religioso do calendário lunar islâmico)

1º de maio - Dia do Trabalhador

3 de agosto - Dia dos Mártires do Colonialismo/ Dia de Pidjiguiti

24 de Setembro - Dia da Independência

14 de Novembro - Dia do Movimento Reajustador

25 de Dezembro - Natal.

Enquadramento Histórico

A história da Guiné-Bissau tem um passado comum com a história dos impérios sudaneses. As regiões que hoje integram o espaço territorial da Guiné-Bissau, os vários povos ou grupos étnicos que a formam tiveram sua gênese entre os povos do Sudão e nos movimentos migratórios que se originaram das lutas e guerras travadas entre esses povos, que ocupavam a vasta região do Norte da África desde a Mauritânia até a região hoje conhecida por República do Sudão.

Toda essa vasta região, uma área de transição semi-árida entre o deserto do Sahara, a Norte, e a África tropical úmida, identificada com o Sahel, era habitada – e ainda o é – por diversos povos negros, daí a designação "terra dos pretos", ou Sudão na língua árabe.

A referência mais antiga a estes impérios que se tem conhecimento remonta às proximidades do século X. Naquela época predominava e atingira o seu apogeu o Império do Gana, cujo domínio se estendia desde o Oceano Atlântico ao Alto Níger. Este império, animista, religiosamente tolerante, soube conviver com as práticas islâmicas dos muçulmanos, permitindo-as nos seus territórios. Manteve, por isso, boas relações e um comércio intenso com o Magrebe árabe, transacionando principalmente ouro, marfim, goma e escravos.

No Século XI, criou-se um movimento de oposição à hegemonia do Gana, iniciado entre os berberes Sambatjas, habitantes de uma ilha no Senegal. Estes, que foram também batizados de Almorávidas por Ibn Yassine, eram islamizados e constituíram, no segundo quartel do século XI, uma confraria militar que a partir do ano 1.042 se lançou numa furiosa djibad, ou, "guerra santa", contra o Império do Gana.

Com o Gana derrotado e transformado num reino enfraquecido, o Sudão seria então disputado por outros dois reinos, o Sosso e o Mali ou Mandiga. Teria sido entre os séculos XIII e XIV com o Império Mali no auge de seu poderio, a conquista militar da Guiné-Bissau pelos Mandigas.

A partir do século XIV iniciou-se a decadência do Império Mali que lentamente foi perdendo todas as suas conquistas, acabando por desaparecer completamente dois séculos depois (XVII). Desde o início do declínio do Mali no século XV, seria o povo do emergente Império de Gao (Songhai) quem mais se beneficiaria das suas derrotas, tomando-lhe a maior parte das suas conquistas.

O Império Songhai, por sua vez, sobreviveria até o final do século XVI, altura em que o Marrocos, que até então mantivera um comércio intenso e frutuoso com os impérios sudaneses, com benefícios para ambas as partes, iniciou um desenfreado expansionismo para sul, do qual resultou a destruição do Império Songhai.

Os portugueses chegaram à Guiné em 1446 (século XV), através do navegador Nuno Tristão e começam a instalar-se nessa altura na Guiné-Bissau, com a construção de algumas feitorias ao longo dos cursos dos rios São Domingos, Grande, Cacheu e Grande de Buba. Em 1588, nos "Rios de Guiné de Cabo Verde" em Cacheu, mediante a autorização do régulo Chapaia foi edificada a primeira fortaleza portuguesa. Estava criada a primeira capital portuguesa da Guiné-Bissau.

A emigração dos Fulas para a Guiné-Bissau foi crescendo a tal ponto que no início do século XIX o seu número era um sinal de preocupação para os antigos donos das terras da Guiné. Mandingas e Beafadas começaram a ficar receosos desta "invasão" pacífica, pelo que, com o objectivo de a desencorajar lançaram sobre os Fulas pesados impostos e sujeitaram-nos a toda a espécie de violências e humilhações.

Muitos Fulas passaram então para o Porreá sob a direcção de Guiro Sambali e ali se instalaram com o consentimento dos donos da terra, os Beafadas. O anseio de emancipação dos donos do chão há muito acalentado pelos Fulas viria a ter uma oportunidade de se concretizar quando se desencadeou a djibad dos Almamis do Futa Djalón contra os povos animistas.

Vislumbrada essa oportunidade de independência pacientemente aguardada, os Fulas da actual Guiné-Bissau pediram a Almani Humaru que invadisse a região de Sancorlá onde este derrubou os Soniqués (Mandingas animistas), entregando o território aos Fulas Pretos. Em seguida, marchou sobre Bere-Colón, onde, em 1850, derrotou os Mandingas e os Soniqués. Inicia-se aqui, o rápido declínio do domínio Mandinga na Guiné-Bissau, o qual só terminaria em 1866 em Cam-Salá.

O expansionismo Fula e o processo de fulanização dos povos do litoral da Guiné-Bissau teria o seu fim a partir da ocupação do Futa Djalón pelos franceses e do Gabu e Porreá pelos portugueses que, dessa maneira, puseram fim às guerras santas.

Na Conferência de Berlim (1884/85), os estabelecimentos portugueses encontravam-se em estado de quase total abandono, e os recursos económicos guineenses eram explorados por companhias comerciais francesas, inglesas e alemãs que se haviam apoderado do comércio e da produção da mancarra (amendoim), do óleo de palma, do coco e da borracha.

A Luta pela Independência

Na Conferência de Berlim, a África foi partilhada entre potências europeias colonialistas e reconheceu-se um novo pacto colonial que obrigava as potências colonialistas a ocuparem efetivamente os territórios que reclamavam como seus. Assim, Portugal vendo-se obrigado a penetrar no interior do território, tenta impor a sua soberania a povos com os quais até então apenas mantivera relações comerciais.

No entanto, ao expansionismo colonial desde cedo se levanta uma resistência muito forte e persistente. A realidade da ausência total de soberania portuguesa em vastas áreas da província era vergonhosa para a colónia portuguesa perante o cenário internacional e expunha o seu incumprimento do pacto de Berlim.

Numa tentativa de camuflar a dura realidade, os portugueses apelidam a luta de resistência tenaz à implantação do seu sistema colonial no território guineense de "rebeliões", e à sua colonização chamam de "campanhas de ocupação e pacificação". Esta luta de resistência à colonização iria se estender até 1918.

A implantação do regime fascista de Antônio Oliveira Salazar, impôs leis muito restritivas às companhias estrangeiras. Assim, a "Casa Gouveia", uma companhia do Grupo CUF, assume o monopólio da exploração dos recursos econômicos da Guiné, cujo principal mecanismo passou a assentar na comercialização de monocultura de mancarra (amendoim).

Um movimento emancipalista guineense começou a ganhar forte expressão na década de 50, inserido no quadro histórico de evolução da África no pós Segunda Guerra Mundial. Assim, é fundado em Bissau, em 1956, pelo engenheiro agrônomo Amílcar Cabral e outros companheiros, o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde). O PAIGC luta em prol da independência nacional dando voz aos sentimentos e anseios populares.

Os primeiros anos do partido são ocupados com uma intensa campanha de propaganda e esclarecimento dos objectivos nacionalistas que se perseguem, pondo em prática todas as formas de luta legal, acompanhadas de persistentes tentativas de negociação pacífica de libertação do território com as autoridades portuguesas. À medida em que ganha apoio popular, o partido consegue organizar uma primeira greve de trabalhadores, que se realiza em 3 de agosto de 1959 no cais de Pidjiguiti, violentamente reprimida pelos portugueses, resultando no massacre de várias dezenas de grevistas.

O episódio põe fim às esperanças do PAIGC de conseguir uma solução negociada com as autoridades coloniais. Dessa feita, decide recorrer à luta armada como única alternativa possível para a obtenção da independência nacional. A longa guerra de libertação inicia-se em 23 de janeiro de 1963 no Sul da Guiné-Bissau, com um ataque ao aquartelamento de Tite. Em julho desse mesmo ano abre-se a frente Norte e as hostes militares portuguesas começam a perder força em vastas áreas do espaço guineense.

Durante quatro anos, o PAIGC sustenta a guerra no mato com os portugueses. A 20 de janeiro de 1973, o líder nacionalista Amílcar Cabral é assassinado em Conakry por agentes da PIDE infiltrados, numa tentativa de travar o já irreversível processo de libertação nacional. Ao mesmo tempo em que obtinha vitórias militares, o PAIGC costurava apoios diplomáticos na esfera internacional. Um ano antes, em abril de 1972, conseguira seu reconhecimento pela Comissão de Descolonização da ONU, como único e legítimo representante do povo da Guiné.

Em julho de 1973, em Madina do Boé, nas regiões libertadas da Guiné-Bissau, é realizado o II Congresso do PAIGC. O Congresso decide convocar a I Assembleia Nacional Popular, que havia sido eleita no ano anterior, para proclamar o Estado da Guiné-Bissau, formar um executivo e elaborar a primeira Constituição do País.

Dois meses mais tarde, a reunião teve lugar no mesmo local a 24 de setembro de 1973, e foi então unilateralmente proclamada a independência e eleito Luís Cabral como Presidente do Conselho de Estado (O Brasil foi o primeiro país a reconhecer). A 25 de Abril de 1974, o golpe militar em Portugal, acompanhado pela "Revolução popular dos Cravos" é fruto, essencialmente, do desejo de liquidar as guerras coloniais em que o País se consumia.

Derrubado o regime fascista de Marcelo Caetano, são criadas condições à abertura de diálogo entre portugueses e guineenses. Quatro meses mais tarde, a

26 de agosto, Portugal reconhece a independência da Guiné-Bissau, através da assinatura do Acordo de Argel. O reconhecimento jurídico, em Lisboa, seria verificado em 10 de Dezembro de 1974.